

Apartamento-espelho e quarto de despejo: reflexos cruzados entre Clarice Lispector e Carolina de Jesus

Ana Claudia Veiga de Castro e Joana Mello de Carvalho e Silva

Ana Claudia Veiga de Castro

É arquiteta e urbanista, docente de História do Urbanismo e da Urbanização na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). É autora do livro *A São Paulo de Menotti del Picchia* (Alameda/ Fapesp, 2008) e co-autora do livro *Vila Itooró: uma história em três atos* (Instituto Pedra/ PMSP, 2017).

Joana Mello de Carvalho e Silva

É arquiteta e urbanista, docente de História e Teorias da Arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). É autora dos livros *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira* (Annablume/Fapesp, 2005) e *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930-1960* (Annablume/ Fapesp, 2012) e co-autora do livro *Domesticidade, gênero e cultura material* (Edusp/CPC, 2017).

Resumo

O artigo traz uma reflexão sobre casa e cidade nos anos 1950 e 1960 no Brasil, a partir dos livros *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961) de Carolina Maria de Jesus e *A paixão segundo G.H.* (1964) de Clarice Lispector. Mais que “documentos”, essas obras nos fazem ver a casa e a cidade pelos olhos de duas mulheres – uma escritora branca, lida e reconhecida; a outra, escritora preta e favelada – que narram e são impactadas por esses artefatos a um só tempo físicos, sociais e simbólicos. Nesse cruzamento de narrativas é possível flagrar as tensões de classe, gênero e raça que atravessam a experiência urbana e doméstica, marcando a constituição de lugares sociais e simbólicos ainda ativos na sociedade brasileira.

Palavras-chave

Cidade, Arquitetura, Clarice Lispector, Carolina Maria de Jesus, interseccionalidade

Apartamento-espelho e quarto de despejo: reflexos cruzados entre Clarice Lispector e Carolina de Jesus

Mas, vocês podem dizer, nós pedimos para
você falar sobre mulheres e ficção – o que isso tem a
ver com um teto todo seu?

Virginia Woolf, 1928

A empregada se demitira no dia anterior. Na tranquilidade do alvorecer em um apartamento vazio, só seu, G.H. resolveu se dar o prazer de arrumar as coisas, para pensar e colocar tudo em ordem. Decidiu começar pelo quarto da empregada, que certamente estaria

imundo, na sua dupla função de dormida e depósito de trapos, malas velhas, jornais antigos, papéis de embrulho e barbantes inúteis. [...] Depois, da cauda do apartamento, iria aos poucos "subindo" horizontalmente até o seu lado oposto que era o *living*, onde – como se eu própria fosse o ponto final da arrumação e da manhã – leria o jornal, deitada no sofá, e provavelmente adormecendo (LISPECTOR, 1998, p. 34).¹

Arrumar era uma atividade que a ajudava a criar e a entender o mundo e a si própria. Algo que lhe trazia a calma e a satisfação de uma vocação que não pudera assumir por pertencer “por dinheiro e por cultura à classe a que” pertencia. Não fosse por isso, imaginava G.H., “teria normalmente tido o emprego de arrumadeira numa grande casa de ricos, onde há muito o que arrumar” e, assim “nem sequer teria precisado do amorismo da escultura” (p. 33) que lhe situara, “tanto para os outros como para [ela] mesma, numa zona que socialmente fica entre mulher e homem” e que a deixara “muito mais livre para ser mulher, já que não [se] ocupava formalmente em sê-lo” (p. 26). Não se ocupar em *ser* era a sua forma de viver, colocando a vida entre aspas e pouco se responsabilizando por ela.

Vivia sozinha em seu apartamento-espelho no último andar, o que, reconhecia G.H., “é considerado uma elegância”, afinal, “as pessoas de meu ambiente procuram morar na chamada ‘cobertura’, um tipo de residência que “é bem mais que uma elegância. É um verdadeiro prazer: de lá domina-se uma cidade” (p. 30). Um lar que propiciava a distinção, o controle e a segurança desejados, no qual era possível representar o seu lugar social, racial e de gênero, cujo palco principal era o *living*, esse espaço elevado que exigia um movimento de ascensão para ser alcançado, onde, ao contrário da "cauda" do apartamento, ela podia descansar e pensar. Ali refletida, G.H. se via “na lisura de mármore e lisura de superfície” de seu prédio todo branco. Por isso, descer do *living* e adentrar à área de serviço, nos fundos do

¹ Todas as citações do livro *A paixão segundo G.H.* se referem à edição de 1998 da editora Rocco. Para evitar repetições, daqui em diante apenas o número da página será anotado no texto.

apartamento, no qual se encontrava o quarto de empregada, era como se ela “antes tivesse saído de [sua] casa e batido a porta” (p. 42).

Adentrar a área interna do edifício, com o seu “amontoado oblíquo de esquadrias, janelas, cordames e enegrecimento de chuvas, janela arreganhada contra janela, bocas olhando bocas”, era embrenhar-se em um lugar onde as coisas eram “eminentemente práticas e com finalidade prática”. Era como se ela entrasse em uma “usina” (p. 35-6), um lugar de trabalho que nada tinha a ver com o espaço de descanso, representação e privacidade dos outros ambientes do apartamento, daí o desconforto, a sensação de estranhamento e de ruptura com as normas estabelecidas na sala de visitas. Por isso, nesse lugar apartado de seu lar era possível jogar do alto do 13º andar o seu cigarro e, como confessa G.H., recuar

um passo, esperando esperta que nenhum vizinho me associasse ao gesto proibido pela portaria do edifício. Depois, com cuidado, avancei apenas a cabeça, e olhei: não podia adivinhar sequer onde o cigarro caía. O despenhadeiro engolira-o em silêncio. Estava eu ali pensando? pelo menos pensava em nada. Ou talvez na hipótese de algum vizinho me ter visto fazer o gesto proibido, que sobretudo não combinava com a mulher educada que sou, o que me fazia sorrir (p. 36).

Com esta sensação de superioridade compartilhada com as “pessoas de seu ambiente”, G.H. adentrou ao “*bas-fond* de [sua] casa”, certa de que ao abrir a porta do quarto de empregada, iria encontrar um amontoado de jornais e guardados em meio à sujeira, supostamente comum nos quartos de despejo.

A identificação entre sujeira e pobreza (Forty, 2007) que num certo sentido aparece na narrativa de Clarice Lispector se faz presente também na escrita de Carolina Maria de Jesus. Uma identificação que essa autora refutava, mas que teimava em se vincular a ela de muitos modos, no espaço, no corpo e na cor. Era a própria sujeira da favela, um lugar cujo “odor dos excrementos” mesclado “com barro podre” tornava o ar irrespirável, e por isso não podia ser compreendida como casa (19/05/1958, p. 37).² Difícil conformar-se a viver ali com seus filhos, voltar todos os dias para um lugar que a fazia se sentir como “um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”, onde tudo o que se guarda “queima-se ou joga-se no lixo” (20/05/1958, p. 37). Viver na favela era não ter “lar”, qualificação descabida que parecia ofensiva com as “casas de tijolo” (08/06/1959, p. 55).

Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E

² Todas as citações de Carolina de Jesus são retiradas da reedição da Editora Ática em 2014 do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e da única edição do livro *Casa de alvenaria, diário de uma ex-favelada* (publicado em 1961 pela Editora Paulo de Azevedo Ltd.). Para evitar as repetições, apenas a data da entrada do diário e o número da página aparecerá no corpo do texto – assim, as entradas de 1955 e entre 1958 e 1959 pertencem ao primeiro livro (não há entradas de 1957); as de 1960, ao segundo. Manteve-se em todos os trechos destacados dos livros de Carolina a grafia original.

aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mau cheiro. Só aos domingos que eu tenho tempo de limpar (31/05/1958, p. 47).

Morando em São Paulo desde 1937, depois de trabalhar algum tempo como empregada doméstica, vivendo na casa de seus patrões (provavelmente dormindo num quartinho de despejos), ao engravidar, Carolina se mudara para a Favela do Canindé, um aglomerado de barracos de madeira construídos de modo precário com os restos da cidade – papelão, madeira, refugos – nas margens ainda não retificadas do rio Tietê.³ Um lugar que aparecia nos relatórios das assistentes sociais que começavam a visitar aqueles espaços associado à sujeira e à falta de educação, a ponto delas considerarem que era "mais difícil mudar os hábitos dos miseráveis que construir-lhes casas", pois não bastaria do ponto de vista daquelas profissionais "dar às famílias uma habitação aconselhável, [era] preciso ensinar-lhes a usá-las, inspirar-lhes o gosto pela ordem e asseio, sem o qual ela não permanecerá salubre". (Telles apud Paoli & Duarte, 2004, p. x). A afirmação presente no relatório da assistente social Guiomar Urbino Telles evidencia como, no momento em que o trabalho passou a ser legislado pelo Estado, houve também um investimento novo em políticas públicas, em função de uma preocupação com o caráter e a moral dos trabalhadores, cujo objetivo era o de normatizar seus modos de vida e sua habitação, cujos costumes e organização eram qualificados como insalubres, anti-higiênicos e promíscuos (Paoli, 1992). Os principais agentes dessas políticas públicas que se instituem nesses anos eram justamente as assistentes sociais que, partindo "da premissa de que as famílias [dos trabalhadores] e/ou seus indivíduos estavam em fase moral e educacional atrasada em decorrência das deformações do meio e da ignorância nata", irão atuar *pari passu* com arquitetos e engenheiros em projetos habitacionais e de reforma urbana (Nascimento, 2008, p. 27-66).

Carolina ressoa ecos dessa percepção quando um visitante da favela diz em seu diário: "– Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo." (19/05/1958, p. 37). Em outra entrada de seu diário, refletindo sobre aquele espaço marginal de uma "casa-urbana" onde o "Palácio, é a sala de visitas. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (15/05/1958, p. 32), Carolina constata: "os homens desempregados substituíram os corvos" (17/05/1958, p.54) e relembra de outra conversa, com uma nova moradora da favela:

– A senhora está morando aqui?

³ "Favela do Canindé: Começou em 1948, [...]. Junto a Rua Antônio de Barros, num terreno dos irmãos X, formou-se uma favela à revelia dos proprietários que, tão logo tiveram conhecimento, requereram despejo policial. Aquelas pessoas então desalojadas foram reclamar no Gabinete do Prefeito, onde receberam um memorando para usarem o terreno da Prefeitura, no Canindé. Para alguns, a Prefeitura forneceu também caminhão para o transporte do barraco. Iniciou-se, então, a *Favela do Canindé* com 99 famílias". É assim que a assistente social Marta Godinho (1955) descreve a favela que Carolina vive, citado por Paulino, 2007, p. 81. Carolina comenta a chegada naquele espaço em seu livro *Casa de Alvenaria*, afirmando que classificou "a favela de quarto de despejo porque, em 1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento" (21/05/1961, p. 181). Ana Barone (2015) recupera em detalhe essa história no texto "Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana", resultado das pesquisas sobre raça e espaço urbano no Brasil que vem desenvolvendo e que informam parte das discussões aqui tratadas.

– Estou. Mas faz de conta que não estou, porque eu tenho muito nojo daqui. Isto aqui é lugar para os porcos. Mas se pusessem os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve. Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só Deus para ter dó de nós (31/05/1958, p. 47-8).

Ao escrever, Carolina fazia de conta que não estava naquele lugar, sujo e repulsivo. Com a evasão, a escritora busca separar-se espacial e semanticamente da favela, mostrando como contingente o que aos olhos da cidade era percebido como condição (Barone & Rios, 2018):

O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado” (23/05/1958, p. 44).

Impostos pela condição de catadora e moradora de favela, sujeira, mau-cheiro e desordem povoam as páginas do diário, ao lado da experiência cotidiana da arrumação e da limpeza do barraco (sempre como e quando desse), mas também da fome e da falta de dinheiro. Carolina vive no limite entre o ter e o não ter. Tem apenas para comer. Consegue hoje o dinheiro de amanhã,

catando tudo o que encontrava. Ferro, lata, carvão, tudo serve para o favelado. O Leon pegou o papel, recebi seis cruzeiros. Pensei guardar o dinheiro para comprar feijão. Mas, vi que não podia porque o meu estomago reclamava e torturava-me (27/05/1958, p. 44-5).

Nesse mundo de extrema privação, é a pobreza que conduz à sujeira: “Saí pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo” (02/06/1958, p. 98). O incômodo com a sujeira do espaço invade também o corpo, sem que ela perca a consciência de suas causas: “Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartás nas costas: Se estou suja é porque não tenho sabão” (02/06/1958, p. 98). Casa e corpo se misturam na fala de Carolina que sonha em “andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela” (02/06/1958, p. 21-22).

O desejo dela e dos filhos era deixar aquele “inferno” para trás, para viver numa “casa de tijolos” na cidade, na “sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes e veludos, almofadas de sitim” (19/05/1958, p. 37)⁴. Era residir “numa casa residível”, com “banheiro,

⁴ A descrição coincide com os investimentos decorativos empreendidos nas residências burguesas estudadas por Marize Malta no livro *Olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro* (Malta, 2011) e Vânia Carneiro de Carvalho (2008). As autoras apontam que os artefatos – objetos, peças de arte e móveis, escolhidos para compor os espaços de estar, em especial a sala de visitas, de modo gracioso, belo, elegante e refinado – deveriam também expressar a pujança econômica dos proprietários e promover, pela visualidade e pelo contato, a sensação de conforto psíquico e corporal. Daí a recorrência com que se utilizavam tecidos como veludo, cetim e seda e que se escolhiam cristais para louças e lustres.

cozinha, copa e até quarto de criada”, para poder comer “bife, pão com manteiga, batata frita e salada” sobre uma toalha “alva ao lírio”. Mas sua realidade é outra, “amarga!”, pois ela “não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, nas margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas” (21/05/1958, p. 39).

Numa cidade que começava a ver surgirem os primeiros barracos⁵, a paisagem precária ainda espantava e causava incômodo. "Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres" (08/06/1958, p. 56). Pessoas que chegavam de lugares distintos e mal se conheciam eram obrigadas a compartilhar um espaço exíguo, “apertado”, que para “varrer” era “preciso desarmar a cama” (02/11/ 1958, p. 130). Dividindo uma única torneira, os moradores dispunham suas casas umas diante das outras, sobre a lama, sem nenhuma privacidade, “janela arreganhada contra janela, bocas olhando bocas”, privados de intimidade dentro e fora das casas. As conversas, os amores, as brigas extravasavam as paredes das casas, invadindo os espaços, reverberando na vida de todos.

Despertei as 4 horas da manhã com a voz do Alexandre que estava maltratando a sua esposa e chingando o soldado Edison. Dizia:

– Aquele negro sujo me bateu. Mas ele me paga! Eu me vingó!

Vendo que o Alexandre não parava de falar, eu fui na Delegacia.

[...] Voltei para a favela, ele estava na rua insultando. Resolvi fazer café. Abri a janela e joguei um pouco dagua no Alexandre.

– Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga!
(20/07/1958, p. 97)

O incômodo com a situação de invasão das vidas dos vizinhos na vida de Carolina se agravava pela falta de privacidade imposta pelo único cômodo que abrigava todas as funções domésticas.

Eu mandei o senhor Dario entrar. Mas fiquei com vergonha. O vaso noturno estava cheio.

[...] O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada (27/12/1958, p. 147).

⁵ Susana Pasternak aponta a partir de levantamentos em jornais dos anos 1940 a existência de cinco favelas em São Paulo nessa década: Oratório e Vila Prudente, na zona leste; Lapa (Rua Guaicurus) e Barra Funda (Ordem e Progresso), na zona oeste; e Vergueiro, na zona sul; às quais é possível agregar a Favela do Canindé na zona central, onde vive Carolina Maria de Jesus. Em 1957, segundo a autora, “apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados”, o que comprovaria que, embora o “fenômeno favela em São Paulo só [fosse] se desenvolver em larga escala nos anos 1970”, já estava presente desde as décadas de 1940 e 1950, indicando um considerável crescimento nesse período (Pasternak, 2001).

Para escapar de tudo isso Carolina escrevia. Se a favela não permitia o recolhimento que se esperava quando se está em casa, ela aproveitava da sua "calma interior para [...] ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão" (16 de julho de 1955, p. 12). Com a leitura e a escrita Carolina parece construir uma intimidade impossível. "Eu hoje estou triste. Estou nervosa. [...] É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo" (p. 41). A atividade de ler e escrever é o que a permite fazer daquele espaço caótico, inumano, selvagem, o seu espaço de sobrevivência, seu sonho de fuga.

Espaço que, no entanto, ela decide tornar público. "É que eu estou escrevendo um livro, para vende-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela (p. 27). Os vizinhos se espantam com esse desejo de Carolina e teimam em lhe fazer lembrar da sua condição: "Sentei ao sol para escrever. A filha da Sílvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: – Está escrevendo, negra fidida!" (24/07/1955, p. 27). A ofensa encontrava em Carolina uma explicação simples:

as vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são educadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visitas e foram para o quarto de despejo (20/05/1958, p. 38).

Vivendo no quarto de despejo, também Carolina se sente um "rebotinho" (20/05/1958, p. 37), por isso a escrita é a maneira pela qual ela recupera algum espaço de dignidade e humanidade. Sem ter propriamente um teto todo seu, como preconizou certa feita Virginia Woolf⁶, Carolina faz do próprio diário a sua casa, seu verdadeiro mundo privado.

Ao chegar nos fundos de seu apartamento, G.H. não imaginava se "deparar com um quarto inteiramente limpo". Diante do choque, entre admiração, frustração e revolta, ela desabafa:

Esperava encontrar escuridões, preparara-me para ter que abrir escancaradamente a janela e limpar com ar fresco o escuro mofado. Não contara é que aquela empregada, sem me dizer nada, tivesse arrumado o quarto à sua maneira, e numa ousadia de proprietária o tivesse espoliado de sua função de depósito.

Da porta eu via agora um quarto que tinha uma ordem calma e vazia. Na minha casa fresca, aconchegante e úmida, a criada sem me avisar abria um vazio seco. Tratava-se agora de um aposento todo limpo e vibrante como num hospital de loucos onde se retiram os objetos perigosos (p. 37-8).

⁶ O livro *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf, publiciza as conferências "As mulheres e a ficção" proferidas na Sociedade das Artes em Londres em outubro de 1928. Nelas, Virginia discute a necessidade de as mulheres conquistarem espaço, literal e metaforicamente, em um universo dominado por homens, afirmando que "uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção". Para tanto, a mulher deveria trabalhar (Virginia fazia parte da Liga do Trabalho Feminino), a fim de obter alguma independência (Woolf, 2014).

Assim, como se “não tivesse incrustado no apartamento nem no edifício”, o quarto rompia com a imagem corrente daquele dormitório-depósito, daquele quarto de despejo, peça fundamental na engrenagem não só de seu apartamento-espelho, como de todas as moradias e bairros de seus companheiros de classe no Brasil.

Ali, pelo oco criado, concentrava-se agora a reverberação das telhas, dos terraços de cimento, das antenas erectas de todos os edifícios vizinhos, e do reflexo de mil vidraças de prédios. O quarto parecia estar em um nível incomparavelmente acima do próprio apartamento (p. 37-8).

Além da limpeza, o quarto trazia ainda uma outra surpresa: um desenho a carvão seco de um homem, uma mulher e um cão nus, quase em tamanho natural, isolados, cada um fechado em si, olhando para o lado, como três autômatos que “emergiam como se tivessem sido um porejamento gradual do interior da parede, vindas lentamente do fundo até terem sudorado a superfície de cal áspera” (p. 40).

Para G.H., o desenho “não era um ornamento: era uma escrita”, um recado de sua empregada que até então lhe fora invisível e que ali, naquele quarto limpo e ordenado, na força daquelas linhas de carvão por meio das quais ela se via de outra forma pela primeira vez, a fazia lembrar de seu rosto e nome: Janair. Recordava-se dos seus “traços de rainha”, seu “corpo erecto, delgado, duro, liso, quase sem carne, ausência de seios e de ancas” (p. 41). Lembra-se de sua roupa e da atitude que tivera com ela, refletindo que “não era de surpreender que eu a tivesse usado como se ela não tivesse presença: sob o pequeno avental, vestia-se sempre de marrom escuro ou de preto, o que a tornava toda escura e invisível - arrepiei-me ao descobrir que até agora eu não havia percebido que aquela mulher era invisível” (p. 41).

O mal-estar sentido por G.H. era duplo. Pela primeira vez, confessa, não era julgada “pelos meus pares e pelo meu próprio ambiente que eram, em suma, feitos de mim mesma e para mim mesma. Janair era a primeira pessoa realmente exterior de cujo olhar eu tomava consciência” (p. 40). Ao fazê-lo, reconhecia a indiferença com que havia tratado Janair e o ódio nutrido silenciosamente por ela. O deslocamento causado pela experiência é sintetizado pela patroa:

O quarto era o oposto do que eu criara em minha casa, o oposto da suave beleza que resultara de meu talento de arrumar, de meu talento de viver, o oposto de minha ironia serena, de minha doce e isenta ironia: era uma violentação das minhas aspas, das aspas que faziam de mim uma citação de mim. O quarto era o retrato de um estômago vazio (p. 42).

Era um retrato de uma violência, a dela, e também de uma presença, a de Janair, agora como sujeito. Presença antes silenciada de alguém que não mais se resumia à função, mas que era de carne e osso, com postura e traços que se aproximavam aos de uma “rainha africana”. Uma pessoa capaz de ver o mundo e dizê-lo por meio de um desenho.

A surpresa em encontrar alguém do quarto de despejos com capacidade “‘ver’ além da lama da ‘rua’ e dos barracos escuros”⁷ marcou também o encontro do jornalista Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus:

– Quando conheci Carolina, andava à procura de elementos para uma reportagem, “em profundidade”, sobre as favelas de São Paulo. Fui parar na do Canindé, uma das mais “escondidas” da cidade (localizada numa baixada, na beira do Rio Tietê) e, destacando-se num grupo de mulheres, estava uma negra alta, vestida de vermelho, que berrava com uma coragem espantosa: desafiava uns dez marmanjos que se apossavam de umas gangorras colocadas na favela pela Prefeitura, para as crianças. Carolina ameaçava com um registro em “meu livro.” (Dantas, 1959, p. 51).

Há muitos anos, como relata a escritora ao repórter, ela procurava redações e editoras para publicar seus livros e, apesar de nunca ter tido uma resposta, não parou de escrever, enchendo o barraco de cadernos que encontrava nas ruas e preenchia com contos, poesias, provérbios e romances,⁸ seguindo o seu “ideal” e procurando por meio da escrita criar um outro tempo e espaço para si.

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz a luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela.

⁷ Frase do jornalista Audálio Dantas na reportagem “Retrato da favela no diário de Carolina” (textos e fotos de sua autoria, p. 92-97) na edição n. 36 da revista *O Cruzeiro* em 20 de junho de 1959. Nessa e em outras reportagens publicadas nas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro* por ocasião da publicação de *Quarto de Despejo* aparece, além da surpresa com o retrato contundente escrito por Carolina sobre a favela do Canindé e o seu cotidiano, um interesse novo sobre essa área da cidade e outras onde moravam trabalhadores e pobres como a escritora. De fato, desde os anos 1950 notam-se mudanças nas narrativas sobre a cidade, que passam a figurar um “futuro trágico”, diferentemente do “futuro glorioso” até então figurado, como mostra Bruno Zorek em sua tese de doutorado (Zorek, 2019), e que dão a ver espaços e grupos sociais até então invisibilizados por aquelas imagens hegemônicas de progresso. Esse movimento é flagrante no comentário que Raquel de Queiroz escreve sobre o livro de Carolina, em dezembro de 1960, na revista *O Cruzeiro*: “Anotando dia a dia os fatos e os comentários que lhe são sugeridos por aquela vida que a gente só imagina, mas nenhum de nós conhece no seu brutal realismo, Carolina consegue suscitar as reações mais diversas em cada leitor. O diário de Carolina é uma ponta de fogo que vai ao ponto fraco de cada consciência, ou à paixão de cada coração. É D. Hélder que se comove até às lágrimas, e vê naquelas páginas, explicitadas e justificadas, as suas intuições de santo; é o burguês bilionário que se assusta ao descobrir em que alicerces de sofrimentos e ira mal contida se fundamenta a sua riqueza. É o político de esquerda que estremece ao verificar o desdém que os pobres de verdade, os pobres sem demagogia sentem pela sua pregação; ou o político propriamente dito, descobrindo que as suas mentiras e promessas não iludem mais ninguém – nem sequer aqueles mais naturalmente iludíveis. Fala-se que Carolina inicia agora uma carreira literária, com romances, poesias, máximas. Não sei se isso será possível, se para isso ela tem o instrumento adequado. Mas o que não se pode negar é que, aparecendo nesta hora, o seu livro está funcionando como aquelas palavras escritas na parede, durante o banquete do Rei Baltazar” (Queiroz, p. 154). A parábola aproxima-se da descrição de G.H. do desenho de Janair como uma inscrição que emerge da parede áspera de cal do quarto de empregada como um chamado e uma advertência.

⁸ O relato do encontro foi publicado na entrevista “A reportagem que não foi escrita” (p.51), feita por Mário de Moraes com Audálio Dantas para a edição n. 4 da revista *O Cruzeiro* de 5 de novembro de 1960.

Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama.

As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários (12/06/1958, p. 59-60).

Eram essas “histórias inventadas” que ela queria publicar, mas elas não tinham para “o repórter” o mesmo apelo da “dezena de cadernos cheios da vida da favela, um diário fiel sem artifícios, do dia-a-dia de sua comunidade marginal”, onde Carolina Maria de Jesus foi “‘fotografando’ misérias, desencantos e, até, pequenas alegrias”.⁹ Era no diário, insistia Audálio Dantas, “que se encontra a autêntica Carolina Maria de Jesus, favelada falando da favela” com “suas frases curtas, muitas vezes incorretas” que falavam das “coisas de um pequeno mundo que se agita sob os telhados de zinco”. O relato cotidiano, grafado na “caligrafia nervosa” de Carolina, era “tão autêntico, tão fiel e amargo” que o jornalista desiste “de escrever a tal reportagem ‘em profundidade’ sobre a favela” e decide transcrever alguns daqueles trechos de diário, convencido “de que nenhum repórter do mundo poderia fazer reportagem sobre a favela tão bem quanto ela”.¹⁰ O diário era, afinal, um verdadeiro documento, um retrato exato de um mundo até então pouco conhecido que logo atrairia a atenção de milhares de leitores, igualmente fascinados por aquela personagem improvável.¹¹

Feliz com o sucesso de seu livro, Carolina confirma o que já sabia: era escritora e assim se apartava da favela, onde estivera apenas de passagem.¹² O rompimento com aquele lugar não seria, contudo, tão fácil. Afinal, o livro que a lançara como escritora, trazendo para o título a expressão “quarto de despejo”, fórmula aguda da capacidade de análise e síntese poética de Carolina, exibida como subtítulo a frase: “diário de uma favelada”, cravando-lhe um rótulo do qual não conseguiria escapar até o fim da vida.

Chegamos na Livraria Francisco Alves [...] tinha impressão de estar no céu. [...]

As pessoas que estava na livraria perguntava:

– Quem é ela?

⁹ O trecho é da reportagem de 20 de junho de 1959, p. 92. Na entrevista acima citada, Dantas menciona que seu “grande trabalho, mesmo foi convencer Carolina de que o seu ‘diário’, verdadeiro era mais importante do que aquelas ‘histórias inventadas’”, mas que depois veio a saber que “ela se queixava amargamente a outras pessoas, dizendo que o ‘Audálio não quer que eu escreva romances’ ou, ‘o Audálio não gosta de poesia’”, uma produção que ela continuou realizando ao longo de toda a sua vida, financiando, inclusive, a publicação dos livros que escreveu depois de Casa de Alvenaria.

¹⁰ A decisão foi exposta na já mencionada entrevista “A reportagem que não foi escrita” (p.51).

¹¹ Editado pela Francisco Alves em 1960, o livro vendeu dez mil exemplares em apenas três meses, sendo traduzido para quatorze línguas.

¹² Apoiado nos depoimentos que colheu para *Cinderela negra*, José Carlos Sebe Bom Mehy afirma que “na percepção de todos os depoentes, a favela era um estágio que logo seria superado. A noção de transitoriedade é uma constante. Os narradores demonstram que a vida favelada correspondia a uma fase de adaptação entre o passado de migrantes e imigrantes e o futuro como trabalhadores adaptados ao progresso” (apud Miranda, p. 26). No caso de Carolina, a favela foi uma alternativa quando deixara a casa onde trabalhava como empregada doméstica para ter e cuidar de seus filhos com independência. Uma alternativa amarga, é certo, porém desde sempre pensada como provisória e da qual buscava sair como escritora.

- É escritora e mora na favela.
- Oh! – exclamavam (05/05/1960, p.13-14).

Mas menos que escritora, como se imaginava por vocação e convicção, Carolina era apresentada como uma porta-voz de um grupo e de um espaço geográfico e social, alguém que prestava um depoimento verídico sobre um modo de vida específico. Críticos contemporâneos, como Fernando Góis, foram taxativos ao afirmar que o livro, escrito por “semi-analfabeta”, não era literatura, embora [fosse] válido como ‘documento’.¹³ Mesmo aqueles que reconheceram valor, faziam-no louvando o “documento de elevada importância sociológica, retirando-lhe a dimensão estética e artística, próprias do campo literário”¹⁴. A ambiguidade entre os dois polos, erudito e popular, literário e sociológico, também atravessou o diálogo travado entre a escritora e Clarice Lispector motivado pela dedicatória escrita por Carolina: “À ilustrada e culta escritora Clarice Lispector desejo felicidades na vida”. A autora carioca, surpresa, teria então dito:

- Ah, muito obrigada. Gostei da dedicatória.
- Botei felicidades porque é isso que importa pra gente, não é?
- [...]
- Tive olhando o seu livro: como você escreve elegante!
- E como você escreve verdadeiro, Carolina!¹⁵

A “veracidade” da escrita de Carolina, retratando o cotidiano da favela, motivou em grande medida o sucesso do livro. Mas o elogio não satisfazia completamente a autora, que reage prontamente às críticas e às classificações, comentando-as em seu livro posterior, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*.¹⁶

Na rua São Bento parei para conversar com um jornalista. Ele disse-me que eu estava na ‘Ultima Hora’ e mostrou-me o jornal. Comprei dois jornais e li na primeira página: “Carolina vai deixar a favela. Publicará mais três livros. Humilde mulher de côr da favela do Canindé, vivendo na miséria com seus três filhos pequenos, semi-analfabeta, começou a garatujar em papéis recolhidos no lixo a história de seus anos de sofrimento” [...]

¹³ A menção à avaliação do crítico foi publicada na reportagem de Silva Neto “A escritora negra já trocou a favela pelo asfalto” (1960) publicada na revista *Manchete*.

¹⁴ Miranda, 2017, p. 29. Fernanda Miranda explora com propriedade a fortuna crítica de Carolina, notando que a defesa do teor documental de sua obra tendeu a minimizar sua qualidade literária, tomando isso como outro ato de violência contra aquela mulher. E recupera uma série de debates sobre a disputa pela literatura de Carolina, mas também, a disputa pelo direito de escrever (Miranda, 2017, p. 46 e ss.)

¹⁵ O diálogo foi transcrito por Paulo Mendes Campos na matéria “A autora mais cara do ano” (sobre Clarice Lispector), na revista *Manchete*, n. 485, 5 de agosto de 1961, p. 43.

¹⁶ Mesmo na negativa, o novo subtítulo reforça o espaço geográfico e social da escritora, que reflete sobre o seu lugar ao longo do livro.

O repórter José Roberto Penna disse que eu sou semi-analfabeta. Quer dizer que tenho a metade da cultura (17/06/1960, p. 25-6).

Poucos meses depois, ainda em 1960, ela questionava: “... Alguns críticos dizem que sou pernóstica quando escrevo – os filhos abluíram-se – Será que preconceito existe na literatura? O negro não tem direito de pronunciar o clássico?” (19/10/1960, p. 63-4).¹⁷ Apesar das críticas, do desconforto e da inquietude causadas pelas manifestações que vinha recebendo e que a faziam ter a “impressão de que [era] banhada a ouro” e que “um dia o banho de ouro” poderia esmaecer e ela voltar “a origem natural – o ferro” (06/12/191960, p. 100), Carolina afirma:

Estou escrevendo e pretendo continuar a escrever. Agora que eu estou encaixada dentro do meu ideal que é escrever. Tenho impressão que estou regressando ao passado, que estou voltando aos 20 anos, aos 18. Eu fui amante das quadras da vida. Fui amante da primavera, do outono, do inverno e do verão. Agora eu estou de mal com o verão. Fiz as pazes com a primavera e ela adornou meu coração com flores perfumadas e construiu um castelo de ouro para eu residir. O castelo é o coração do repórter, este homem generoso que está tirando-me do lodo. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque meu sonho era escrever e pobre não pode ter ideal nobre. Depois que conheci o repórter tudo transformou-se. E eu enalteço o repórter por gratidão (03/06/1960, p. 25-26).

Pela escrita Carolina se transformara de “gata borralheira a princesa” e seus sonhos se concretizam: “Eu desejava uma casa de alvenaria. Consegui. O que emociona-me é introduzir a chave na fechadura e abrir a porta e saber que a casa é minha” (04/01/1961, p. 122). Da favela à cidade, do barraco à casa de alvenaria, do quarto de despejo à sala de visitas, a escritora busca construir um novo lugar para si. A fome vai sendo substituída pela abundância:

Comi tudo que desejava comer. Carne, peixe, uva, azeitona, bacalhau e queijo. Quando eu estava na favela eu pensava: oh se pudesse comer bacalhau! Estas coisas para mim era abstrata e agora são concretas. Tomo banho todos os dias no chuveiro elétrico e deito no meu colchão de molas” (09/12/1960, p. 102).

¹⁷ Florestan Fernandes e Roger Bastide, que conduziam nesses anos uma pesquisa encomendada pela Unesco sobre a integração do negro na sociedade de classes (título da obra subsequente de Florestan), publicada como *Branços e negros em São Paulo*, revelam uma sociedade que se modernizava calcada em preconceitos, com dificuldade em assimilar a ascensão dos negros. Ali afirmam que se a Abolição da escravatura foi o marco “da desagregação do regime servil” e o início “da equiparação coletiva dos negros e seus descendentes mestiços, sob o ponto de vista jurídico-político, aos demais cidadãos brasileiros”; observando a sociedade contemporânea percebiam que ela “não provoc[ara] diretamente nenhuma alteração substancial na posição recíproca dos negros, mestiços e brancos na estrutura social da cidade”. Isso se dava a ver nas pequenas coisas do dia a dia – como a frase de Carolina citada acima –, e não só nos dramas maiores daquelas vidas. Por isso, era possível dizer: “O prêto é bem aceito como porteiro, moço de recados, guarda-livros, caixa, mas não pode pretender elevar-se acima do pôsto de sub-chefe de secção; contam-se nos dedos os que se tornaram chefes de departamento” (Bastide & Fernandes, 2008, p. 200).

O conforto com as mínimas coisas é anotado com diligência:

Ageitei as camas e dei banho nos filhos, que ficaram admirados da água sair quente do chuveiro. Sorriam debaixo do chuveiro. Comeram mortadela com pão e deitaram. Estavam exaustos.

Deitamos e dormimos. Que sono gostoso. A luz elétrica iluminando o quarto (30/08/1960, p. 51).

O sofrimento é visto nesse novo diário como coisa do passado, sobre a qual se pode refletir com certo distanciamento: “Comendo aquela comida granfina, eu pensava nos favelados. E cheguei a conclusão que quem está na sala de visita não sofre, e se sofre, o sofrimento é suave” (p.54).

Da sujeira à limpeza; da privação à aquisição de bens; da fome à abundância, as oposições reforçam a vontade de se mostrar apartada do mundo de privação representado pela favela. Entretanto, há momentos que a nova situação não parece seguir o rumo almejado. “Queixei para a D. Rosa que estou desgostosa da vida. Na favela era melhor para escrever. Não recebia visitas todos os instantes. Era ignorada” (06/02/1960, p.135). Talvez porque Carolina tivesse dificuldade em impor os limites entre a casa e a rua. Dificuldade em construir um espaço de privacidade nos moldes da sociabilidade burguesa almejada.

Na casa nova, a escritora recebe quase diariamente gente que a procura para lhe conhecer, e também para lhe pedir dinheiro. “Pensei nas reviravoltas da minha vida depois do lançamento do livro. A fama espalhou-se que estou rica. E adeus, tranquilidade. Todos desejam ser ricos” (10/03/1961, p. 152). Uma senhora cujo marido fora demitido e quer abrir uma marcenaria, outra que comprou um terreno e não consegue mais pagar, uma que comprou uma casa e precisa quitar a dívida, um inventor que precisa de dinheiro mas não sabe explicar seu invento, os dias vão sendo preenchidos por visitas de pessoas que a conheceram pelos jornais e que em romaria a visitam para pedir ajuda. O entra e sai ocupa a casa e ocupa a mente. Por isso Carolina não consegue mais escrever. Menções aos livros que lia quase desaparecem.

Encontrei o Dr. Lélío e o Paulo Dantas na Livraria e queixei-lhe que não suporto a cidade. Que o povo quer dinheiro e eu não tenho. Uns quer 1 milhão oitocentos mil cruzeiros, quatrocentos mil cruzeiros. Já cansei de ouvir a palavra dinheiro (10/03/1961, p. 152).

Carolina idealizara um modo de estar na sala de visitas, que talvez não correspondesse ao que ela ia encontrando, afinal “no quarto de despejo [ela] conhecia os pé-rapados, os corvos e os mendigos. Na casa de alvenaria [estava] mesclada com as classes variadas. Os ricos e os da classe média”, cujas normas de sociabilidade ela desconhecia. “Fiquei horrorizada ouvindo uma senhora da alta sociedade dizer que ficou contente quando o seu esposo faleceu. Tenho impressão que estou vivendo num mundo de joias falsas” (14/11/1960, p. 81). Carolina não sabe viver entre aspas, por isso observava “os tipos de pessoas, classificando os seus caracteres. Há os tipos trapaceiros fantasiados de honestos. São os cínicos. Tem duas faces”

(06/03/1961, p. 150) e confessa: “Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita [...] uma sala que estou procurando um lugar para sentar (29/10/1960, p. 66). Estou lutando para ageitar-me dentro da casa de alvenaria. E não consigo. Minhas impressões na casa de alvenaria variam. Tem dia que estou no céu, tem dia que estou no inferno, tem dia que penso ser a Gata Borralheira” (06/03/1961, p. 151).

A oscilação entre os papéis é comentada com quem ela encontra e convive, a partir de diferentes pontos de vista. Como patroa, Carolina também tem uma empregada doméstica, alguém que ela paga para cuidar da casa e dos filhos enquanto trabalha. A experiência, mais do que uma segurança e um conforto, era, para uma “pretinha” que Carolina encontra na cidade, a possibilidade de desforra de *todas* as empregadas pretas contra as patroas *brancas*:

– Carolina, você pode pagar empregada. Arranja uma empregada branca, faz ela andar de touquinha, avental e esfregar o chão. Obrigada ela a passar palha de aço com as mãos, levar o café na cama e te chamar de Dona Carolina. Faz com ela o que elas fazem conosco (26/02/1961, p. 147).

Para Dona A., a empregada branca de Carolina, a situação é motivo de vergonha, “falta de sorte”, como ela vivia se queixando (04/05/1961, p. 172; 11/05/1961, p. 176). As falas e atitudes da “pretinha” e de Dona A., assim como os nomes escolhidos para nomeá-las, contradizem com veemência trechos dos diários em que a escritora anota que sua “cor preta não foi um obstáculo” para seu sucesso (05/05/1960, p. 14), porque no Brasil “não há preconceito de côr” (08/05/1961, p. 174). Talvez porque tenha sido a sua cor, como a de Janair, a cor de Dona A. e de G.H. o que definia em grande medida seus lugares sociais e espaciais, desenhando física e simbolicamente a sala de visitas e o quarto de despejo.

Esse texto, escrito em parceria, reflete duas pesquisas em andamento¹⁸ e uma vontade de pensar a casa nas cidades brasileiras na segunda metade do século 20, momento de intensificação da urbanização, de crescimento dos setores médios e de ampliação das habitações precárias nas chamadas periferias urbanas. Explorou-se a partir do “quartinho de empregada” os sentidos da casa burguesa e da casa do pobre, por meio de duas obras literárias mais ou menos contemporâneas de duas escritoras que hoje têm sido objeto de revisões, coletâneas, biografias e republicações. A obra dessas escritoras, notadamente de classes sociais distintas, foi também articulada aqui pelas categorias de gênero e raça. Como se sabe, desde dos anos 1970, um conjunto de pesquisadores vêm defendendo a importância

¹⁸ O texto é fruto de reflexões elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa Teoria e Método em História da Arquitetura e da Cidade (FAU USP/ CNPq) e das pesquisas individuais “O avesso da arquitetura moderna: domesticidade e formas de morar na habitação privada brasileira 1930-1960” (Fapesp 14/02756-8) de Joana Mello de Carvalho e Silva e “As cidades e as ideias: a América Latina como problema para a história da cidade e do urbanismo (1940-1970)” (Fapesp 16/12292-4) de Ana Claudia Veiga de Castro.

de articular os marcadores de classe, gênero e raça, argumentando, como Angela Davis em *Mulheres, raça e classe* (2016), que se classe é uma categoria importante,

é preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a mesma como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Davis, 2016, p. 19).

É nesse sentido relacional que se buscou ler a casa de Clarice e de Carolina, enfatizando a leitura de um dos seus espaços: o quartinho de empregada, ou o quarto de despejo. Vale notar que nas legendas dos ambientes residenciais de projetos arquitetônicos publicados ao longo do século XX e mesmo XXI no Brasil é comum nomear o quarto de empregada como depósito. A nomenclatura tem relação com um subterfúgio utilizado para aprovação do projeto junto aos órgãos municipais, uma vez que, não raro, este ambiente não alcança a metragem suficiente para ser utilizado como um dormitório, servindo apenas como depósito ou despensa. Contudo, para além da atitude pragmática, a decisão tem relação direta com a maneira pela qual alguns empreendedores, arquitetos e clientes concebem este espaço e seus habitantes, no geral mulheres. Uma maneira que é comentada por Clarice Lispector no livro *A paixão segundo G.H.* (1964), a partir da perspectiva da proprietária, revelando que o fato dos textos da escritora assumirem um caráter muitas vezes metafísico, não significa de modo algum que ela perca de vista o fato social e faça uma crítica aguda à sociedade brasileira (Waldman, 1983, p. 54). Essa crítica começa a aparecer mais presente nas entrelinhas de suas obras a partir de *A paixão segundo G.H.* que, na leitura de Vilma Arêas (2005), marca um momento de passagem da escritora a outros movimentos que encontram uma síntese poderosa em *A hora da estrela* (1977).

Ao mesmo tempo, Carolina Maria de Jesus, a partir da experiência de quem habitou o quarto de despejo, também de certa maneira refletiu sobre este espaço social, dando sentidos outros ao termo, como vimos, a partir dos seus dois livros, o mais conhecido deles, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960, e aquele que publicado no ano seguinte, passara quase despercebido pela crítica, *Casa de alvenaria: diário de um ex-favelada*.

Essa ideia da casa como um lugar de representação de si, privacidade e conforto, com um lugar de harmonia e descanso, como uma antítese da cidade, lugar por sua vez, do enfrentamento, do conflito, do trabalho, da exaustão, que se afirma no século XIX no âmbito da constituição da sociedade industrial burguesa ocidental (Silva & Ferreira, 2017), é colocada em xeque diretamente pelas oras de Carolina. Presente na fala de muitos contemporâneos, essas definições estariam calcadas em uma visão dicotômica que opõe de modo estanque as esferas do público e do privado, da produção e do consumo, do trabalho e do repouso, do masculino e do feminino, incidindo sobre a representação e a experiência urbana e doméstica

e dentro desta última, entre os setores de estar/ íntimo e de serviço (Carvalho, 2008)¹⁹. A leitura de ambos os textos, de Carolina e de Clarice, permite problematizar essa dicotomia.

A partir da imagem “apartamento-espelho” se coloca a ideia de que o interior da casa é um reflexo de/da seu/sua proprietário/a, de sua interioridade (Carvalho, 2007)²⁰, o que coincide com o momento em que se desenvolve uma nova forma de percepção de si definida por um sentimento de que cada ser humano é um ser único, com sentimentos e emoções próprias. Esta percepção gestada no contexto oitocentista do iluminismo (Vigarelo, 2016), é central para compreender porque a subjetividade começa a ser pensada a partir de então como algo que se estabelece necessariamente no espaço privado, numa relação simbiótica com o interior doméstico.

As oposições referidas ao longo do texto de Clarice Lispector também atuaram na fala de Carolina de Jesus, que em seus diários se vale das expressões "sala de visitas" e "quarto de despejo" como metáfora da cidade e da favela. Um dos aspectos dessa oposição em Carolina aparece quando ela relata o falatório da vizinhança, sobretudo das mulheres, comentando que ali tudo se escuta e todos participam da vida de todos, mesmo sem querer, num espaço marcado pelo conflito e pela falta de privacidade. Carolina se preocupa especialmente com as crianças e com o fato de que todas iriam rapidamente saber "como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. [...] Tudo que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez" (Jesus, 2014, p.45).

A descrição da área de serviço no romance *A paixão segundo G.H.* como um lugar onde havia "janelas arreganhadas" e "bocas olhando bocas", por sua vez, pode ser lida como metáfora da favela, "quarto de despejo", onde estavam os trabalhadores dos quais G.H. mantinha uma distância calculada, embora aparentemente indiferente. Lugares de trabalhadores onde a contenção burguesa (Gay, 2002) de *uma vida entre aspas* não tinha espaço nem materialidade que lhe dessem suporte. Lugares pobres com limites que, como deixa a ver Carolina, não se confundem com as pessoas e que portanto são narrados por ela de um modo muito diverso das representações estigmatizantes que atravessam as reflexões de G.H.

Quanto a essas, no geral parecem concorrer para uma associação corrente, entre sujeira, desordem, atraso e pobreza, gestada a partir dos últimos decênios do século XIX e se afirmando ao longo do século XX por meio de argumentos científicos, notadamente aqueles desenvolvidos no âmbito da teoria microbiana amplamente difundidos por revistas médico-sanitaristas especializadas, mas também por manuais de dona de casa, disciplinas e cursos de economia doméstica, periódicos e colunas femininas.

¹⁹ em *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920* (Carvalho, 2008)

²⁰ na conferência "Interiores: o espaço doméstico como espaço subjetivo" (2007), apoiada em Charles Rice (*The Emergence of the Interior*, 2007)

A atenção à ventilação e sua associação com saúde e limpeza também se afirma no século XIX, mas ao contrário da sujeira, ela estava pautada, segundo Forty, pela "teoria miasmática ou zimótica, que as atribuía a um processo de combustão espontânea que se supunha que ocorresse no ar poluído estagnado. Conforme esta teoria, a melhor maneira de evitar as moléstias era manter uma ventilação constante em todos os lugares" (Forty, 2007)²¹. Em sequência a seus argumentos sobre a fusão entre interioridade e espaço doméstico, Vânia Carneiro de Carvalho afirma "seria nos interiores de sua casa que o indivíduo, expulso do espaço público, encontraria condições para construir sua 'experiência' de vida" (Carvalho, 2017). Por isso, "os objetos, combinados em arranjos *sui generis*, sustentariam as grandes narrativas de vida de seus proprietários. Por isso, nas palavras de Clarice Lispector, o "ponto final da arrumação e da manhã" no alto daquela cobertura era a sua proprietária, G.H. O fato é que, a despeito de dados objetivos, "limpeza e sujeira são quase tão subjetivos quanto beleza e feiura", servindo como formas de classificação e imposição de uma certa ordem do mundo a partir de definições do que deva ou não estar em determinado lugar (Forty, 2007, p. 217)²².

Contudo, além dos argumentos científicos (Forty, 2007, p. 215-245), foram fundamentais para a construção dessa associação o desenvolvimento de argumentos de cunho moral que para além de dados objetivos vincularam a ideia de limpeza não só às noções de higiene e saúde, mas também as de beleza, ordem, progresso e distinção. Estes argumentos morais, muito mais eficazes do que os científicos na aceitação de preceitos higiênicos, orientaram desde reformas urbanas até o desenho e ordenação dos espaços e artefatos domésticos, incidindo também sobre os corpos, suas definições e separações (Paulillo, 2017).

No caso brasileiro, essas definições de ordem são atravessadas pela escravidão atingindo corpos, mentes e espaços, como mostram os escritos de Clarice e Carolina. Recentemente, um conjunto de estudiosos apontaram que no Brasil os padrões de desigualdade que se manifestam na disposição e na materialidade dos espaços da cidade não se "impuseram apenas na diferenciação entre classes sociais, mas também no âmbito racial" (Barone & Rios, 2018, p. 13). Partindo desta premissa, Valter Roberto Silvério argumenta que os lugares dos negros na cidade são a um só tempo físicos e sociais, fruto de processos racialmente estruturados, ou seja, de processos de racialização que (nos termos apresentados por Frantz

²¹ Embora já nos últimos decênios do século XIX, a partir das descobertas de científicas como Louis Pasteur e Joseph Lister, já se soubesse que o ar fresco e a ventilação não tinham a ação profilática que se imaginava, esta ideia mantém o seu vigor ao longo de toda a primeira metade do século XX, orientando desde a legislação e os códigos de obras até a bibliografia destinada a orientar as mulheres na arrumação e conservação da casa.

²² A dimensão privada do debate se amplia, sobretudo em meados do século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial, assumindo inclusive um sentido patriótico como argumenta Beatriz Colomina em *Domesticity at War* (Colomina, 2007).

como aponta Adrián Forty em *Objetos do desejo*, como bem analisa Clarissa de Almeida Paulillo em "Corpo, casa e cidade: três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas, 1893-1929"

Fanon em 1967) consideram a construção de coletividades sociais diferenciadas a partir da hierarquização de características biológicas.

No Brasil, desde a abolição, e não apenas do ponto de vista econômico, esse processo de racialização explica em grande medida a “concentração de população negra em determinadas áreas urbanas (desprovidas de equipamentos urbanos e essenciais ou de boa qualidade) e rurais (quilombos, terras de negros, etc), a regulação policial e política dos espaços ocupados e a cooptação/ negação dos conteúdos das práticas culturais singulares das espacialidades negras” (Silverio, 2018, p. 39). Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, por sua vez qualifica estas ocupações no capítulo “Formações nacionais de classe e raça”. Esse autor pondera a partir de uma perspectiva interseccional que “nas cidades brasileiras, a segregação opera por diferentes formas” ao longo do tempo, sendo possível que “em alguns casos, diferenças de raça, cor, classe e sexo vão estar visíveis entre quem reside e quem trabalha; em outros, a arquitetura residências nos dirá os espaços de sociabilidade de moradores e de serviços. Ainda em outros, creches, escolas, hospitais, serviços públicos em geral não estarão voltados para atender à população trabalhadora desses bairros. Apenas o transporte público” (Guimarães, 2018, p. 74). Estas duas formas e disputas pelo espaço, tanto na escala urbana, quando na escala doméstica, incidem sobre a experiência e operam nas narrativas de Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus.

Nesse sentido, também são muito pertinentes as questões levantadas por Fernanda Miranda no livro *Carolina Maria de Jesus: literatura e cidade em dissenso* (2017). A pesquisadora afirma que se o título do livro de estreia de Carolina foi escolhido a partir da referência a uma “expressão frequentemente usada pela autora para significar o lugar da população negra e pobre dentro dos projetos de modernização e progressos almejados pela cidade naquele tempo”, o subtítulo foi definido por razões mercadológicas pelo jornalista Audálio Dantas (Miranda, 2017, p. 26). Diante do sucesso das reportagens escritas sobre a escritora na revista *O Cruzeiro*, Dantas reconhecia o apelo daquela personagem e de sua situação *sui generis* como chamamento para as vendas (Perpétua, 2002). Miranda argumenta ainda que um discurso sub-reptício que mantinha a “escritora numa condição fixa de subalternidade é captável [também] em suas representações imagéticas, em geral construídas exclusivamente a partir do lenço na cabeça, na feição triste ou revoltada”, reconstruída nas muitas vezes em que, já morando na cidade e/ou durante as viagens de divulgação de seu livro, era convidada a voltar à favela e a vestir-se de favelada para falar de seu passado e daquele lugar (Miranda, 2017, p. 28).

Florestan Fernandes e Roger Bastide, que conduziam naqueles anos uma pesquisa encomendada pela Unesco sobre a integração do negro na sociedade de classes (título da obra subsequente de Florestan), publicada como *Branços e negros em São Paulo*, revelam uma sociedade que se modernizava calcada em preconceitos, com dificuldade em assimilar a ascensão dos negros. Ali afirmam que se a Abolição da escravatura foi o marco “da desagregação do regime servil” e o início “da equiparação coletiva dos negros e seus descendentes mestiços, sob o ponto de vista jurídico-político, aos demais cidadãos

brasileiros”; observando a sociedade contemporânea percebiam que ela “não provoc[ara] diretamente nenhuma alteração substancial na posição recíproca dos negros, mestiços e brancos na estrutura social da cidade”. Isso se dava a ver nas pequenas coisas do dia a dia – como a frase de Carolina citada acima –, e não só nos dramas maiores daquelas vidas. Por isso, era possível dizer: “O prêto é bem aceito como porteiro, moço de recados, guarda-livros, caixa, mas não pode pretender elevar-se acima do pôsto de sub-chefe de secção; contam-se nos dedos os que se tornaram chefes de departamento” (Bastide & Fernandes, 2008, p. 200).

Se é possível pensar em uma correspondência entre literatura e mundo social, e em especial, o mundo urbano, o desafio desse artigo foi pensar em que termos pode se dar essa correspondência e os rendimentos que a literatura tem para a história da cidade e da arquitetura.

Assim, ler uma obra a partir do campo da história da cidade e da arquitetura significa captar a tensão de forças entre a subjetividade do autor e a objetividade do mundo na qual ela existe, e que, em alguma medida, ela também modela.

Olhar para esses anos 1950 a partir desses escritos – as literaturas de Clarice e Carolina – permite pensar sobre modos de estar na cidade e na casa num período de modernização intensa da sociedade brasileira. Menos que “documentos” das formas de vida dos pobres, dos setores médios e das elites, essas obras nos fazem ver a cidade e a casa com aqueles olhos, vendo como duas mulheres, uma escritora branca lida e reconhecida, a outra preta, escritora e favelada veem e são impactadas por esses artefatos que são a um só tempo físicos, sociais e simbólicos, ou seja, construções materiais, campo de conflitos e de representações.²³

²³ A partir da leitura de Ulpiano Bezerra de Meneses para as cidades, no artigo *Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana* (Meneses, 1996), estendemos aqui a compreensão da cidade como artefato material, campo de forças e representação também para o estudo da arquitetura, insistindo nessas três dimensões como partes de um sistema analítico, como argumentamos na *Introdução ao Dossiê “Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história da arquitetura e da cidade no Brasil”*, publicado nos *Anais do Museu Paulista* (Castro & Silva, 2016)

BIBLIOGRAFIA

- Arêas, Vilma. 2005. *Clarice Lispector com a ponta dos dedos*. São Paulo: Companhia das Letras. (Arêas, 2005)
- Barone, Ana Claudia Castilho. 2015. “Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana”. In *Anais do XVI ENANPUR*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1 <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1801/1780>. (Barone, 2015)
- Barone, Ana Claudia Castilho & Rios, Flávia (orgs.). 2018. *Negros nas cidades brasileiras (1890-195)*. São Paulo: Intermeios: Fapesp (Barone & Rio, 2018)
- Bastide, Roger & Fernandes, Florestan. 2008. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global. (Bastide & Fernandes, 2008)
- Campos, Paulo Mendes. 1961. “A autora mais cara do ano”. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 485, p. 43, 5 de agosto. (Campos, 1961)
- Candido, Antonio. 1997. “Literatura de dois gumes”. In *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Atica, pp. 161-180. (Candido, 1997)
- Carvalho, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2008.
- _____. 2017. Interiores: o espaço doméstico como espaço subjetivo. Conferência proferida no seminário *Domesticidade, gênero e memória*, em 23 de outubro de 2017, no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP.
- Castro, Ana Claudia Veiga de & Silva, Joana Mello de Carvalho e. 2016. “Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 24, n. 3, São Paulo, set./dez. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n03do>
- Dantas, Audálio. 1959. “Retrato da favela no diário de Carolina”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 36, pp. 92-97, 20 de junho. (Dantas, 1959)
- Davis, Angela. 2016. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo. (Davis, 2016)
- Gay, Peter. 2002. *O século de Schnizler: a formação da cultura da classe média: 1815-1914*. São Paulo: Companhia das Letras. (Gay, 2002)
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. 2018. “Formações nacionais de classe e raça”. In Barone, Ana; Rios, Flávia (orgs.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-195)*. São Paulo: Intermeios: Fapesp, pp. 49-76. (Guimarães, 2018)
- Jesus, Carolina de. 2014 [1960] *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática. (Jesus, 2014)

_____. 1961. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Editora Paula de Azevedo. (Jesus, 1961)

Lispector, Clarice. 1988. *A paixão segundo G.H.* São Paulo: Rocco (Lispector, 1988)

Malta, Marize. 2011. *O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj (Malta, 2011)

Miranda, Fernanda. 2017. *Carolina Maria de Jesus: literatura e cidade em dissenso*. São Paulo: ECidade (Miranda, 2017)

Moraes, Mário de. 1960. "A reportagem que não foi escrita". *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 51, 5 de novembro. (Moraes, 1960)

Nascimento, Flávia Brito do. 2008. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura (Nascimento, 2008)

Paoli, Maria Célia. 1992. "A Família Operária: nota sobre sua formação histórica no Brasil". In *Tempo Social*, São Paulo, n. 4, pp. 17-41. (Paoli, 1992)

Paoli, Maria Célia & Duarte, Adriano. 2004. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade". In Porta, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – v. 3*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 53-99. (Paoli & Duarte, 2004)

Pasternak, Susana. 2001. "Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos". In *Cadernos Metrópole*, PUC-SP, São Paulo, n.5, p. 11-35. (Pasternak, 2001).

Paulino, Jorge. 2007. "O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas". Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Paulino, 2007)

Perpétua, Elzira Divinia. 2002. "Produção e recepção de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus: relações publicitária, contextuais e editoriais". *Em tese*, Belo Horizonte, v. 5, p. 33-42 http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2005/04-Elzira-Divina-Perpetua.pdf. (Consulta 10 agosto de 2019). (Perpétua, 2002)

Queiroz, Raquel. 1960. Última página - Carolina. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 154, dez. (Queiroz, 1960)

Rice, Charles. 2007. *The emergence of the Interior*. London, New York: Routledge (Rice, 2007).

Silva, Joana Mello de Carvalho e & Ferreira, Pedro Beresin Schleder. 2017. "Os sentidos de morar em três atos: representação, conforto e privacidade". *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. São Paulo, v. 24, n. 44, p. 68-87. (Silva & Ferreira, 2017)

Silva Neto. 1960. "A escritora negra já trocou a favela pelo asfalto". (1960) *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 439, pp. 98-99, 17 de setembro. (Silva Neto, 1960)

Silvério, Valter Roberto. 2018. Uma releitura do “lugar do negro” e dos “lugares da gente negra” nas cidades. In Barone, Ana Claudia Castilho; Rios, Flávia (orgs.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-195)*. São Paulo: Intermeios: Fapesp, pp. 23-48. (Silvério, 2018).

Vigarello, Georges. 2016. *O sentimento de si: história da percepção do corpo*. Petrópolis: Vozes (Vigarello, 2016)

Waizbort, Leopoldo. 2014. “A estreia de Erich Auerbach nos estudos literários”. In AUERBACH, Erich. *A novela no início do Renascimento: Itália e França (1921)*. São Paulo: CosacNaify, pp. 105-143. (Waizbort, 2014)

Waldman, Berta. 1983. *Clarice Lispector*. São Paulo: Brasiliense. (Waldman, 1983)

Woolf, Virginia. 2014. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas (Woolf, 2014).

Zorek, Bruno. 2019. O futuro de São Paulo na década de 1950. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. (Zorek, 2019)